

Plínio Corrêa de Oliveira e a TFP: um reacionário a serviço da contra-revolução

Gizele Zanotto

Mestranda em História – UFSC, bolsista CAPES

Estou convicto de que os princípios a que consagrei minha vida são hoje mais atuais do que nunca e apontam o caminho que o mundo seguirá nos próximos séculos. Os céticos poderão sorrir. Mas, o sorriso dos céticos jamais conseguiu deter a marcha vitoriosa dos que têm fé.

(PLÍNIO CORRÊA DE OLIVEIRA)

Desvendar o pensamento de alguém como Plínio Corrêa de Oliveira (1908-1995) é um caminho difícil, marcado por desejos, receios, embates, muita práxis e, acima de tudo, permeado por um imaginário diverso do contexto que vivenciamos. Plínio aparece nas fontes de pesquisa como um homem de vida pública, um líder nato, que precocemente delimitou o rumo que seguiria: a defesa da tradição, da Igreja Católica, da “verdade”, enfim, da Civilização Cristã na qual via “a única ordem perfeita, uma ordem justa e capaz de inspirar um progresso autêntico”¹.

Plínio foi influenciado pelas diretrizes do catolicismo ultramontano, que orientou a revitalização da Igreja brasileira no século XIX. Esse movimento surgiu como resposta dos católicos ao mundo moderno e ao liberalismo. Sua ênfase política é de adesão ao que existe de mais reacionário, como forma de barrar a

modernização. Plínio foi influenciado, também, pelo integristismo católico, ideologia baseada na militância ativa em defesa do catolicismo tradicional (em oposição ao catolicismo de engajamento social). Para os integristas, contrários a qualquer forma de modernismo – cultural, político, econômico, social -, a única solução aceitável seria um retorno à ordem social cristã, em especial, a uma ordem baseada na cristandade medieval do século XIII, quando a Igreja desempenhou um papel de ordenadora da sociedade e possuía influência em todos os âmbitos da comunidade fazendo prevalecer, assim, a tradição cristã em toda esfera social.

Nessa perspectiva, Plínio passou a criticar os “erros” da sociedade vigente, rejeitou o mundo moderno pela sua decadência, corrupção e perniciosidade. Defendeu o retorno a um passado mitificado, idealizado, localizado temporalmente no século XIII, na Idade Média. Para Mayer, essa é a típica caracterização de um reacionário que utiliza o passado como modelo para o restabelecimento e restauração das instituições (monarquia, Igreja, propriedade) que sustentam uma ordem hierárquica de privilégios². Para tanto, Plínio fundou a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), em 1960, para atuar na sociedade visando lutar pelo reestabelecimento da civilização cristã, tal qual a existente na “idade de ouro”. Segundo a concepção de Mayer, se Plínio pode ser considerado um reacionário (luta pelo retorno de um passado mítico), a TFP pode ser analisada como contra-revolucionária (por partir para a instrumentalização das idéias de Plínio que, assim, são alocadas no espaço público através da organização e mobilização da opinião pública – em especial dos descontentes).

Plínio foi um autor polêmico por condenar o mundo moderno, defender a visão cristã de criação divina, adotar uma postura conservadora de catolicismo, enfim, por antagonizar com as transformações que o século XX vivenciou. Sua atuação foi abrangente (religião, política, história, filosofia, etc.) sendo que exerceu, e exerce, grande influência no Brasil e no exterior (atualmente existem TFP's e entidades co-irmãs em 26 países). Esse legado vivo, de idéias e princípios, evidencia que seu discurso não pode, e nem deve ser negligenciado. Lembramos que não existe uma verdade

absoluta, mas sim várias verdades construídas e reconstruídas dialeticamente o tempo todo, sendo que apresentaremos um pouco do pensamento de Plínio (sua verdade) – que não necessita ser condizente com a nossa. Se houve possibilidade de objetivação de seu discurso por parte da sociedade, devemos considerar que a visão de mundo nele expressa não representa uma extravagância individual, mas sim desejos profundos que encontraram eco em milhares de ouvintes e que se propaga ainda hoje, mostrando-nos que existe espaço em nossa sociedade para vários discursos divergentes que coexistem simultaneamente.

Indivíduo e História

Contemporaneamente temos sentido os efeitos da crescente massificação que afeta, em graus diversificados, todas as sociedades. Schmidt acredita que esse contexto de massificação, unido à perda de referenciais ideológicos e morais teria, como contrapartida, um aumento na busca por trajetórias individuais que possam servir de inspiração para atos e condutas do presente. O redespertar do interesse pelo gênero biográfico, para o mesmo autor, relaciona-se com a crise dos modelos explicativos globais – como o estruturalismo –, com o recuo da história quantitativa e serial e com os avanços dos estudos de caso e da micro-história. Outro fator decisivo para essa nova valorização das biografias teria sido a aproximação da história com a antropologia e com a literatura. Por fim, o autor enumera algumas características que apontam para a renovação do gênero: uma preocupação com a relação indivíduo/sociedade; o interesse pelo estudo também de “pessoas miúdas”; o resgate de várias facetas do biografado (vida pública, sentimentos, inconsciente, cultura, dimensão privada, cotidiano, etc); e o devido respeito à memória do biografado (questão ética)³.

Lemos reitera a conexão necessária entre o individual e o coletivo afirmando, ainda, que determinadas questões históricas precisam ser situadas na singularidade de um indivíduo para uma melhor compreensão de seu significado, embora, salienta o autor, essa análise jamais deve ser desconectada do social, porque não existe

sujeito fora das relações sociais⁴. Outra característica dessa nova abordagem é que ela não isola o personagem “como se ele fosse de nenhuma época e de nenhum lugar”⁵, ela é mais um meio de penetrar na mentalidade de um grupo, ou seja, preza pela sua individualidade ao mesmo tempo em que desperta para o estudo de seu meio, na busca de um entendimento de sua cultura, bem como das aspirações coletivas que movem dada sociedade em determinada época histórica.

Essa nova abordagem também valoriza o imaginário social que estabelece os referenciais da sociedade da qual o biografado é pertencente. São os sentimentos, que permeiam o consciente/inconsciente de uma sociedade, que passam a ser valorizados na compreensão de seu meio. Resgatam-se os símbolos vivenciados no cotidiano, e com isso são evidenciadas as relações existentes entre a memória e a história, especificamente o uso que o presente faz do passado, como forma de legitimação, contestação, criação ou recriação de novas representações sociais, alteração do imaginário, criação ou revalorização de esteriótipos, etc.

Por fim, lembramos que o estudo biográfico se torna difícil na medida em que, para o estudo de Plínio, utilizamos suas autobiografias como referencial para a construção dos eventos que marcaram sua formação e sua ação. Heymann enfatiza que a autobiografia é resultado de um discurso explícito e deliberadamente formulado que objetiva demonstrar uma lógica discursiva que sublinha a sucessão e a vinculação entre os acontecimentos, tornando, dessa forma, a narrativa coerente⁶. Ou seja, quando tomamos uma autobiografia como fonte devemos ter cautela, pois essa construção é seletiva e geralmente encaminha-se para uma ordem de fatos que busca causar uma impressão de harmonia entre as idéias e os acontecimentos vivenciados pelo personagem. O mesmo autor, comentando um artigo de Bourdieu, afirma que esse alerta para o fato de que um indivíduo, ao narrar sua vida e expor suas memórias, atua como ideólogo de sua história, selecionando acontecimentos marcantes e estabelecendo entre eles conexões adequadas para lhes dar uma coerência que possivelmente não têm⁷.

Alguns dados biográficos

Querendo ou não, todos estamos a escrever as nossas biografias. E no dia do Juízo, o volume será aberto e lido.

(PLÍNIO CORRÊA DE OLIVEIRA)

Nesta breve exposição sobre a vida de Plínio Corrêa de Oliveira destacam-se sua militância católica e sua atuação como defensor inflexível da cultura e civilização cristã. Isso se deve, em grande medida, às fontes utilizadas na pesquisa, que procedem essencialmente da TFP, ou seja, Plínio aparece como um homem religioso, atuante, defensor de ideais elevados, de maneira que o encadeamento das narrativas biográficas consultadas encaminha-se para uma conclusiva visão de Plínio como inabalável defensor da fé, ou como um “Cruzado do século XX” (expressão utilizada por Lima e Mattei). Neste artigo mostraremos um pouco mais da vida de Plínio utilizando algumas (poucas) fontes não advindas da TFP. Por fim, lembramos que o estudo biográfico do autor se torna pertinente para o entendimento de seu pensamento na medida em que sua atuação não pode ser dissociada de suas crenças, ou seja, a prática social do autor pautou-se em sua visão de mundo, portanto, sua prática refletiu seu ideário.

Plínio Corrêa de Oliveira nasceu em São Paulo, no dia 13 de dezembro de 1908, como membro de duas famílias tradicionais e aristocratas: os Corrêa de Oliveira, que descendiam dos senhores de engenho de Pernambuco, e os Ribeiro dos Santos, que figuravam entre os fundadores da cidade de São Paulo, descendentes dos bandeirantes e membros da aristocracia do café. Segundo seus biógrafos, o menino cresceu em um ambiente de amor à ordem cristã e de repulsa ao mundo moderno e revolucionário. Muito de sua educação cristã originou-se da instrução recebida em casa, de sua mãe Lucília, devota do Sagrado Coração de Jesus. Plínio dedicou um imenso carinho e gratidão à sua mãe, já seu pai foi pouco mencionado em suas biografias. Esse afeto à dona Lucília transformou-se em devoção, sendo que até os membros da TFP também passaram a prestar-lhe culto (como também a Plínio). O culto a Dona

Lucília e a Plínio foi “legitimado” pela obra de Mattei, que afirma que o culto é um ato de estima e representa um sentimento de reconhecimento da excelência de outra pessoa, mesmo que essa não tenha sido santificada pela Igreja⁸.

Plínio foi educado com hábitos da cultura aristocrática, conforme a educação recebida também por sua mãe⁹. A utilização de uma educação baseada no modo de ser europeu e cortês derivou, nesse período, do intenso intercâmbio cultural entre São Paulo e Europa, em especial a França, que vivenciava a *Belle Époque*. Paris era considerada a capital da língua, cultura e moda, sendo referência para os demais países. A família de Plínio prezou por esses costumes refinados, de maneira que esse hábito permeou a vivência do autor.

Plínio iniciou seus estudos sob a direção da governanta bávara Mathilde e com 11 anos passou a freqüentar o Colégio São Luís (entre 1918 e 1925), da Companhia de Jesus, onde adquiriu o amor pela vida metódica e uma concepção militante de vida espiritual. Aos 17 anos inscreveu-se na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, curso que completou quatro anos depois. Em 1928 iniciou sua participação na Congregação Mariana da Paróquia da Santa Cecília. No ano seguinte, juntamente com outros congregados marianos, fundou a Ação Universitária Católica (AUC) na Faculdade de Direito. Essas atividades se inserem no contexto maior de atuação da Igreja na década de 20. Tal período foi marcado pela tentativa de recristianização da sociedade por parte da Igreja. Essa recatolização foi vista como tarefa das elites esclarecidas que, utilizando-se da criação de jornais, revistas e associações católicas, deveriam ser porta-vozes da tradição cristã. O movimento católico também foi impulsionado, na época, como resposta à solicitação do Papa Pio XI da criação de um movimento mundial chamado Ação Católica (AC), com o objetivo de cristianizar as nações¹⁰.

Os anos 30 foram marcados pela ruptura histórica do regime oligárquico e a conseqüente implantação do governo Vargas. Foi o momento dos católicos retornarem ao cenário político, com a aliança entre Igreja e Estado. As eleições para a Assembléia Constituinte evidenciaram a organização dos católicos no intuito de atuar no

campo político e de fazer prevalecer ideais cristãos na nova Constituição. Para tanto, foi criada a Liga Eleitoral Católica (LEC), entidade extrapartidária que aglutinou candidatos de todo o país que concordassem em lutar pela pauta mínima de reivindicações dos católicos, caso fossem eleitos. Plínio foi um dos candidatos pela LEC, participando da chapa *Frente Única por São Paulo Unido*¹¹. Foi eleito com 24.017 votos (9,5% do total), sendo o candidato mais votado do país. Algumas das propostas da LEC, e aprovadas na Constituição de 1934, foram: a indissolubilidade do vínculo conjugal e o reconhecimento de efeitos civis do casamento religioso, o ensino religioso nas escolas públicas, a assistência religiosa às Forças Armadas e prisões, a invocação de Deus no preâmbulo, a assistência estatal às famílias numerosas, a decretação da legislação do trabalho inspirada nos preceitos da justiça social e da ordem cristã, a defesa dos direitos e deveres da propriedade individual, o serviço militar de eclesiásticos prestado sob forma de assistência espiritual ou hospitalar, a pluralidade e liberdade dos sindicatos operários e a lei contra a propaganda subversiva¹².

Plínio participou, também, do Centro Monarquista de Cultura Social e Política Pátria-Nova, futura Ação Imperial Patrianovista Brasileira (AIPB), fundada em 1928, que objetivou implantar uma monarquia corporativa no país como alternativa autoritária para substituir a dominação oligárquica existente (República do Café-com-Leite). Os patrianovistas acreditavam em uma recatolização “pelo alto” e na reconquista do papel da Igreja como ordenadora da sociedade e legitimadora do Estado¹³. Pouco tempo depois, Plínio atuou junto à Sociedade de Estudos Políticos (SEP), entidade que precedeu a formação da Ação Integralista Brasileira (AIB). Essa associação visava estudar os problemas nacionais e traçar rumos para uma política salvadora. Para tanto, dividia-se em grupos de estudos, sendo que Plínio foi membro do grupo de pesquisadores de religião. No interior da SEP duas tendências se esboçaram: uma era aglutinada em torno de Plínio Salgado, e que progrediu para a AIB; e outra representada pelos membros do movimento patrianovista, que eram partidários de um regime fundado sobre a realeza e o catolicismo – este grupo se afastou da SEP¹⁴.

Em 1933 assumiu a direção do jornal *O Legionário*¹⁵, quando o mesmo passou a ser o órgão oficioso da Arquidiocese de São Paulo (antes era representante da Congregação Mariana de Santa Cecília). Três anos depois escreveu *Em defesa da Ação Católica*, que serviu como “um brado de alarma contra germes de laicismo, liberalismo e igualitarismo que começavam a invadir a Ação Católica”¹⁶. O autor utilizou essa obra como forma de denunciar os “erros” da organização que ajudara a formar. Rompia com os dirigentes, com as teses, com o seu modelo para um movimento de leigos e propunha como uma alternativa uma organização verdadeiramente ortodoxa. A publicação do livro efetivou o rompimento dos conservadores com a Ação Católica, pois esta já não representava mais os interesses e ideais preconizados por Plínio e seus companheiros. A obra repercutiu negativamente nos setores católicos e o “grupo do Legionário” (católicos ligados à atuação e ideologia de Plínio) sofreu retaliações, que culminaram com o afastamento de Plínio e seu grupo da edição do jornal, em 1947.

Em 1951 foi fundado o mensário de cultura *Catolicismo*, por Dom Antônio de Castro Mayer, Bispo de Campos/SP. Esse se tornou o novo meio de difusão das idéias de Plínio Corrêa, seu inspirador e orientador. O objetivo de *Catolicismo* era alertar e estimular o público na luta contra os fatores de deterioração religiosa, moral e cultural do neopaganismo e, principalmente, promover a reação contra o progressismo e esquerdismo católico¹⁷. A partir de 1983, *Catolicismo* passou a ser o órgão oficial da TFP, devido ao desentendimento e rompimento das relações entre a entidade e Dom Antônio de Castro Mayer¹⁸.

A obra *Revolução e Contra-Revolução* (1959) formou a base de seu pensamento e de sua ação militante. Nessa obra Plínio descreveu os problemas que impulsionaram a decadência da Cristandade – a Revolução -, sua forma de atuação, seus agentes, bem como as táticas dos contra-revolucionários, os “arautos da civilização cristã”.

Plínio descreve a Revolução como sendo “um movimento que visa destruir o poder ou uma ordem legítima e pôr em seu lugar um estado de coisas (intencionalmente não queremos dizer uma ordem de coisas) ou um poder ilegítimo”¹⁹. Esse fenômeno

político teria surgido em fins da Idade Média, sendo que estava progressivamente destruindo os ideais cristãos. A sociedade medieval do século XIII seria a que realizou com maior perfeição o ideal de uma sociedade genuinamente católica. O motivo de sua decadência foi a Revolução, cuja causa profunda foi uma explosão de orgulho e sensualidade, que inspirou uma cadeia de sistemas ideológicos contrários aos princípios preconizados pela Igreja e que se desencadearia até os nossos dias.

Esse movimento se processou, e processa, segundo Plínio, em várias etapas sucessivas. A primeira Revolução foi a Reforma Protestante, que implantou o espírito da dúvida, o liberalismo religioso e o igualitarismo eclesiástico. Foi preparada pela Renascença, que cultuava cada vez mais o homem e a visão de gozo da vida – antagônico à noção cristã de sacrifício. Na seqüência ocorreu a Revolução Francesa que se constituiu no triunfo do igualitarismo (no campo religioso com o ateísmo/laicismo e no campo político com a concepção de que as desigualdades são injustas). Suas principais características foram a revolta contra o Rei, a revolta da plebe contra os nobres e a afirmação da soberania popular. A terceira Revolução ocorreu na Rússia: o Comunismo, que transpôs as máximas igualitárias e atéias para os terrenos social e econômico. Entre suas particularidades podemos destacar o ateísmo e a igualdade. A mais recente etapa da Revolução ocorreu no campo cultural, em maio de 1968, na França. Visou extinguir os velhos modelos de reflexão e sensibilidade, bem como estimular a liberação moral.

O último alvo da Revolução foi a Igreja; o processo revolucionário queria impedir que essa cumprisse sua missão imortal de salvar almas. A Revolução foi combatida pela Contra-Revolução, que fez do amor à ordem cristã o eixo de seus ideais, preferências e atividades. A padroeira da Contra-Revolução foi a Virgem Maria, que esmagou a serpente, e Fátima (1917) garantiu a certeza da vitória.

A obra *Revolução e Contra-Revolução* inspirou a criação da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), em 1960. O eixo dessa associação gira em torno da seguinte premissa: a tradição representa a transmissão de um patrimônio de valores, já a família é o local onde essa transmissão se efetua. Mas,

para manter-se, a família necessita de um substrato material que lhe garanta a vida e a liberdade – a propriedade²⁰.

A partir da criação da TFP, Plínio passou a criticar diretamente os membros da hierarquia eclesial e a própria Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), criada em 1952²¹. Diante do avanço do progressismo católico e de um maior comprometimento social da Igreja, o autor os considerou “companheiros de viagem do comunismo”, numa clara manifestação de sua ideologia, na qual qualquer divergência de idéias é entendida como desequilíbrio da harmonia natural que deve reinar na sociedade e como sinal do avanço da Revolução. Essa atitude de confronto direto criou um clima desfavorável entre a associação e o clero, tal situação foi ainda agravada com o apoio da TFP ao governo militar como organização paramilitar autorizada, como propagandista do regime e como informante/delatora dos católicos “subversivos”.

A atuação da TFP se desenvolve por meio de palestras, abaixo-assinados, livros doutrinários, passeatas, caravanas, seminários de estudo, campanhas de esclarecimento, etc. Apesar de sua auto-identificação com a Igreja Católica, a TFP nunca foi um movimento oficial. Suas iniciativas foram toleradas até meados da década de 70, quando as posições das entidades tornaram-se incompatíveis. Os integrantes da entidade dedicam-se a campanhas de esclarecimento e combate de temas como a reforma agrária²² (sempre identificada como primeira etapa para a implantação do comunismo no Brasil e como afronta ao 7º e 10º Mandamentos – não roubarás e não cobiçarás as coisas alheias), aos perigos do comunismo e socialismo, ao esquerdismo católico, ao relaxamento moral²³, ao modernismo (em qualquer campo de atuação). Também se dedica a uma campanha fatimista de nível nacional que visa difundir os segredos revelados em Fátima (1917) e tocar o

Coração Imaculado de Maria, fazendo com que a Virgem Santíssima intervenha o quanto antes, no sentido de impedir que o mundo role irremediavelmente para o fundo do abismo ao qual presentemente se dirige²⁴.

A difusão de seu pensamento também foi propiciada pela *Folha de São Paulo*, jornal que manteve uma coluna assinada por Plínio entre 1968 e 1993. Embora tenha falecido em 1995, na cidade de São Paulo, seu legado intelectual ainda é perceptível em vários países, sendo que as campanhas criadas ou organizadas por Plínio e pela TFP permanecem em funcionamento.

O discurso de Plínio Corrêa de Oliveira

Costa enfatiza que todo discurso possui historicidade, e que, portanto, devemos tomar também as fontes como construções discursivas. Ao buscarmos compreender o discurso produzido por Plínio nos deparamos com um emaranhado de referências que, após passarem por seu “filtro” de leitura, deram corpo a um sistema de idéias lógico que vai ao encontro de anseios diversos, já que versa sobre praticamente todos os assuntos materiais e espirituais que permearam sua vivência. Segundo a mesma autora, a aceitação de um discurso se realiza pela identificação do receptor com o mesmo, ou pela necessidade de identificação com o interlocutor imaginado pelo sujeito/emissor do discurso²⁵. Já Pinto enfatiza que um discurso só exerce poder pela adesão espontânea do ouvinte, e a capacidade de um discurso exercer poder está agregada à sua capacidade de responder desejos e de se inserir no conjunto de significados de uma sociedade²⁶. Plínio dá respostas a todos os que buscaram melhor compreender o processo histórico, a partir de uma visão cristã de criação divina.

Ansart ressalta que a prática social de um indivíduo, ou de um grupo, se realiza inserida numa rede de sentidos, ou seja, existe uma imanência essencial do sentido para a prática, de forma que as atitudes racionais que tomamos derivam de nossas crenças, paixões, emoções, receios, enfim, dos nossos sentimentos sobre determinados assuntos. Conforme o autor: “[...] uma prática social, reunindo de modo ordenado comportamentos individuais voltados para finalidades comuns, supõe uma estrutura complexa de valores, um código coletivo interiorizado”²⁷.

Em outros termos, antes da racionalização das idéias, elas foram sentidas, vivenciadas, amadas ou odiadas. Retomando o ideário de Plínio, percebemos que sua educação, com ênfase na cultura aristocrática e cristã, sua vivência em uma comunidade que partilhava dos mesmos ideais, resultou em uma práxis marcada pelos elementos assimilados anteriormente. Plínio incorporou certo sistema de representações – imaginário -, que designou simultaneamente o seu papel no mundo, o papel da Igreja, da política e dos inimigos a combater, etc., de maneira que todos esses elementos estivessem inspirando suas ações cotidianas.

O pensamento de Plínio Corrêa de Oliveira está centrado na idéia de que há séculos uma Revolução está destruindo a cristandade, sendo que a causa profunda dessa Revolução está na própria alma humana, portanto, para deter esse processo é necessário primeiramente reformar o homem com os valores morais e sociais de antigamente. O modelo ideal para tal aperfeiçoamento é encontrado na Idade Média, quando os ideais cristãos serviam como guias das ações humanas.

Plínio acreditava que para o homem medieval nada existia sem significado, e tudo o que existia fora feito de modo a despertar o pensamento e a lembrança de Deus. Acredita, também, que a civilização cristã perfeita já se realizou, portanto, não se trata de uma utopia, mas de algo realizável, e que já se realizou durante a Idade Média. Essa ordem das coisas foi sendo corroída pela Revolução, e seu declínio foi marcado por uma explosão de orgulho e sensualidade que gerou tendências igualitárias e liberais que só progrediram nos séculos seguintes. Dessa forma, resta pouco da civilização ideal, mas são nesses resquícios de cristandade que os homens devem se apegar para iniciar um retorno à ordem perfeita. Portanto, para que se reconstrua a cristandade, é necessário lutar pela tradição, pelos bons costumes e pela religião católica, a portadora da verdade revelada. Nessa perspectiva, qualquer atitude que vise diminuir ou ofuscar o poder da Igreja como guia da sociedade e legitimadora do poder estatal é considerada, pelo autor, como parte do grande processo revolucionário, ou seja, todos os inimigos - sociais, culturais, políticos ou econômicos -, apesar das aparentes divergências,

constituem parte de um mesmo mal, impulsionado por Lúcifer para destruir a Igreja de Cristo²⁸. A solução para a destruição dessa marcha progressiva da Revolução deve se basear nos resquícios de cristandade ainda existentes, esses resquícios serão sementes para uma nova era, dominada pelo amor e devoção a Deus.

A valorização do Cristianismo, bem como sua devoção à Igreja resultaram, para Plínio, na opção pelo celibato. Plínio esclareceu que, na ordem moral, um homem casto constitui um milagre, mas que entre os cristãos este milagre trata-se de um milagre freqüente, desde que o celibatário “queira realmente ser casto, reze [e] seja vigilante”²⁹. Sublinha ainda que a virtude da pureza é árdua e difícil (corrobora a noção cristã de sacrifício), contra a qual rebela-se a natureza humana decaída pelo pecado original. Por fim, lembra que depois de obtida a castidade habitual, o celibatário sente-se estável com essa situação (recompensa pelo sacrifício). Essa estabilidade lhe dá equilíbrio e bem-estar – um prêmio ainda nesta vida – pela batalha moral em que foi vencedor.

A vida, segundo a educação recebida por Plínio, é considerada um campo de batalha entre o bem e o mal. Entre essas duas posições está o livre arbítrio, que impulsiona os homens para um lado ou outro. Assim como Joseph de Maistre, Plínio Corrêa pregou que os desvios sempre ocorrem pelo erro, pela fraqueza ou pela imperfeição humana, resultados do pecado original. Para obter uma correção dos males, é necessário buscar a verdade revelada por Deus e mantida sob a guarda da Igreja³⁰. De Maistre vai mais longe ao descrever que a divindade pune para regenerar o homem pecador³¹. É justamente essa natureza má e corrupta do homem que gera, como consequência, a necessidade da autoridade, da hierarquia, ou seja, de submissão e obediência aos mais esclarecidos e aptos. O líder da TFP acreditava que o povo deve ser guiado pelas elites.

Plínio, baseando-se na doutrina do Corpo Místico de Cristo (assemelha a sociedade a um corpo humano, onde existem órgãos vitais e periféricos, sendo que os primeiros devem comandar todo o corpo para que este se encaminhe para o caminho correto), apresentou a certeza de que a sociedade deve ser encimada por elites – guias para a sociedade. Também apresentou essa doutrina para jus-

tificar a necessidade da “harmonia natural” entre as classes “naturalmente” desiguais, já que acredita que somente as elites têm condições de mando e capacidade de adquirir e conservar riqueza e poder, devido ao constante e progressivo aperfeiçoamento de sua tradição, refinamento de maneiras, costumes e crenças cristãs e educação³². Sua crença no Corpo Místico de Cristo, aliada à concepção de processo revolucionário, resultaram no entendimento da desordem como doença que atinge o corpo social, capaz de enfraquecê-lo ou levá-lo à destruição. Para que a harmonia e a ordem sejam mantidas/reestabelecidas é necessária uma correção nesse corpo social, uma correção que tem a fonte da verdade revelada por Deus e mantida sob a guarda infalível da Igreja Católica.

Apesar de sua luta constante contra qualquer espécie de modernismo, salientou que sua contrariedade não era para com o progresso; não era para com as legítimas transformações e aperfeiçoamentos materiais; o conflito não era entre o velho e o novo, mas sim, entre a verdade e o erro³³. Considerou que só existe autêntico progresso na linha da tradição. Embora tenha defendido enfaticamente a tradição, explicitou que não se trata de uma volta ao passado, mas sim de um harmônico desenvolvimento deste, dessa forma, tradição e progresso se completam com harmonia. O mau progresso é aquele que ruma para o igualitarismo social, cultural, político ou econômico, e o bom progresso é baseado na tradição.

Para Plínio, qualquer crise é resultado das paixões desordenadas do homem, atizadas pelo poder das Trevas. E todas as crises têm como meta destruir um pouco mais da civilização cristã, já que o fim último da Revolução é destruir a própria Igreja e impedi-la de cumprir sua missão imortal de salvar as almas³⁴. Com o fim da instituição que preserva e mantém a justa interpretação da verdade revelada, a concepção de terra como lugar de prova, de passagem para o Céu, perderá a credibilidade. As doutrinas que valorizam extremamente o prazer do homem e o gozo da vida acabam por inculcar a idéia de que a noção de pecado é uma criação que visa escravizar os homens em seus atos e pensamentos, logo, se não se acreditar em Deus, não se acreditará em pecado e, portanto, a missão da Igreja será desnecessária³⁵.

Plínio acreditava que a melhor forma de governo era a monarquia, baseando-se em uma interpretação da obra de São Tomás de Aquino. Essa forma de governo seria a ideal porque tornaria possível um retorno à cristandade, por facilitar a aliança entre a Igreja (que legitima o Estado e ordena a sociedade) e o Estado. A democracia - com suas campanhas pluripartidárias, seus ataques aos adversários, seu combate para chegar ao poder, seu fracionamento social em legendas variadas que separam os homens -, causaria a desordem social, enquanto que a monarquia, hereditária, estável e duradoura, preservaria a harmonia e a ordem desejadas por Deus. A práxis pela defesa da monarquia evidenciou-se com as participações de Plínio na AIPB e na SEP, como já mencionamos, e através das relações com os “príncipes” Dom Luiz e Dom Bertrand de Orleans e Bragança - ambos membros da TFP -, representantes do “ramo de Vassouras”, que antagoniza com o “ramo de Petrópolis”.

Seu discurso era permeado por concepções da doutrina católica. Em sua militância, prezou por difundir o catolicismo como única solução para os problemas do mundo moderno. As ideologias fascista, comunista, liberal, integralista e nazista não resolveriam as crises contemporâneas porque se baseavam no erro e, portanto, não poderiam solucionar problemas que necessitavam de respostas baseadas na verdade e na vontade divina. A verdade só poderia ser encontrada na Igreja Católica, instituição criada por Jesus para difundir a verdade revelada e desejada por Deus. Embora se apresentasse como militante católico, há que se enfatizar que sua atuação nem sempre prezou pelo que a Igreja defendia, ou seja, a doutrina católica foi se transformando progressivamente, enquanto que as idéias de Plínio mantiveram-se radicalmente voltadas para a doutrina tradicional e conservadora da Igreja. Esse fato se explica, em certa medida, pela sua formação cristã ter ocorrido durante o domínio do catolicismo ultramontano, intransigente com qualquer forma de modernismo, especialmente os que atingissem a Igreja para “destruí-la”, ou seja, diminuir ou ofuscar seu poder.

Dentro dessa lógica, qualquer progressismo ou modernismo dentro das estruturas da Igreja passou a ser considerado, por Plínio e seu grupo, como uma ameaça potencial à cristandade, por se

localizar no interior da instituição. Antes, o inimigo estava sempre tentando prejudicar o catolicismo de maneira externa, agora, o inimigo está dentro da Igreja, mascarado, servindo aos interesses do mal, abalando a união e as bases da Igreja em nome de um igualitarismo prejudicial e essencialmente mau, que vai contra os ensinamentos tradicionais. Entre esses ensinamentos ameaçados estão a hierarquia eclesiástica e a hierarquia na sociedade civil. A defesa do autor se pautou, por toda a sua vida, na afirmação da legitimidade e na necessidade de justas e proporcionadas desigualdades³⁶. Elas seriam equilibradas com a harmonia social entre as classes, ou seja, tal como um corpo, os membros diversos deveriam se unir e trabalhar para o bem comum, cada qual com sua função seja ela mais ou menos valorativa. Os órgãos decisórios (vitais) deveriam ser assumidos pelas elites, que, aliando a tradição ao progresso da nação, fariam com que o corpo rumasse para frente com segurança e com bases cristãs em suas estruturas. Essa tese é derivada dos ensinamentos de Pio XII, segundo os quais as sociedades devem ser encimadas por elites. Estas têm uma importante missão na modelagem dos espíritos, da cultura, da índole das instituições, das leis e dos costumes. Para o pontífice, a elite é a guardiã das riquezas da alma³⁷. Dessa forma, é justo que os mais aptos, ativos e capazes tenham mais devido a suas capacidades. É dessa diferença entre os homens que decorrem as diversas formas e espécies de propriedade. Plínio enfatiza que desigualdades que não prejudiquem os direitos à digna existência do próximo devem ser reconhecidas como legítimas e até protegidas pela lei, já que a ordem natural das coisas preza pela herança de bens materiais e morais. Considera, por fim, que o direito de propriedade é anterior e superior ao Estado, portanto, não pode ser desrespeitado por uma instituição que surgiu posteriormente e que deve se orientar pela lei primeira, que é a lei de Deus – a ordem natural das coisas.

Entre os temas que geraram conflitos entre a TFP e os eclesiásticos, encabeçados pela CNBB, está a questão polêmica da reforma agrária. Essa foi uma das principais bandeiras da CNBB e da TFP, cada qual defendendo uma posição oposta à outra. A CNBB, após sua fundação, dedicou-se progressivamente pela “opção pre-

ferencial pelos pobres” e pela “justiça social” preconizada pela Doutrina Social Cristã, originada nos documentos pontifícios publicados a partir do século XIX. Já a TFP embasou sua luta antiagrorreformista em documentos pontifícios mais conservadores, e antigos, o que lhe permitiu justificar sua contrariedade com o próprio discurso religioso. Essa atitude, de escolha deliberada dos itens que lhe interessam na doutrina católica, permeou suas obras. Percebe-se que esse autor utilizou alocações e encíclicas papais na medida em que essas referendavam seu ponto de vista, ou seja, os documentos que eram contrários ao seu pensamento foram descartados e até atacados com veemência. Essa postura nos leva a questionar se a não adesão a todas as resoluções da Igreja afeta, ou não, a nossa postura de católicos, já que nem mesmo entre os membros da hierarquia existe consenso sobre determinadas questões. Plínio, que afirmou incisivamente seu amor ao catolicismo, não aprovou e praticou incondicionalmente a doutrina da Igreja; nem tudo o que derivou dessa instituição foi considerado válido por ele.

Teólogos da doutrina social cristã ampliaram progressivamente a abrangência da questão da justiça, enfatizando que o amor ao próximo é que deve mover os cristãos a buscar uma maior justiça social. Também afirmam que a defesa da propriedade privada não deve ser considerada uma defesa das relações desumanas de produção, da usura ou da concentração de riquezas. Suas conclusões, baseadas em documentos oficiais sobre o assunto, são de que a reforma agrária é necessária e desejável. Charbonneau afirma que os que a criticam se apóiam indevidamente em uma “fidelidade aos princípios cristãos”, defendendo violentamente o direito de propriedade, tido como sagrado e intocável. Segundo os pronunciamentos dos Santos Padres, a função social, ou hipoteca social das propriedades privadas, é preponderante sobre seu uso individual. Pio XI apresentou uma das primeiras e mais claras expressões da função social dizendo que há uma “dupla espécie de domínio, que chamam individual e social, segundo diz respeito aos particulares ou ao bem comum”³⁸, mas é o domínio social que está em primeiro lugar. Paulo VI foi mais incisivo ao afirmar que

[...] o bem comum exige por vezes a expropriação, se certos domínios formam obstáculo à prosperidade coletiva, pelo fato de sua extensão, da sua exploração fraca ou nula, da miséria que daí resulta para as populações, do prejuízo considerável causado aos interesses do país³⁹.

João Paulo II reatualizou essas afirmações quando refletiu sobre a hipoteca social da propriedade em sua visita à América Latina, nas cidades de Oaxaca e Puebla, no México. Resumindo, enquanto a doutrina social se transformou, buscando adaptar-se aos tempos modernos, as críticas de Plínio se ampliam condenando essa atitude como progressismo e desvio da doutrina tradicional preconizada pelas leis divinas. Dessa maneira, continua a pregar a propriedade privada como inviolável pelo direito divino, o que se contradiz com as recentes orientações cristãs, muito aplicadas no Brasil e na América Latina.

Além de antagonizar com os teólogos da doutrina social, Plínio foi mais longe e criticou a própria doutrina papal, sem esquecer de enfatizar que é um católico exemplar e que se discorda publicamente de algum eclesiástico tem o dever moral, para com os demais cristãos não esclarecidos, de alertar contra os desvios da doutrina tradicional cristã. Um bom exemplo da discordância de posições entre a Igreja e o autor é a questão da infalibilidade papal. Plínio criticou certas posturas papais, justificando essa atitude com o argumento de que a lei de Deus é superior a dos homens, portanto deve-se obedecer a Ele antes de obedecer aos homens. Também argumentou que a obediência à hierarquia é condicional, baseado em afirmações de teólogos, como dos Cardeais Roberti e Palazzini que afirmam: “[...] é claro que nunca é lícito obedecer a um Superior, que ordene algo contrário às leis divinas ou eclesiásticas; dever-se-ia, neste caso, repetir as palavras de São Pedro: é preciso obedecer antes a Deus que aos homens” (At. 5, 29)⁴⁰.

Ou São Tomás de Aquino que se referiu ao tema, na *Suma Teológica*, nos seguintes termos: “[...] existindo um perigo próximo para a fé, os Prelados devem ser repreendidos, até publicamente, por parte dos seus súbditos”⁴¹. No entanto, ao utilizar textos pontifícios para referendar suas concepções, afirmou a legitimidade absoluta de tais textos, já que a Igreja era considerada a institui-

ção portadora da verdade infalível de Deus, e do Papa seu portavoz supremo, o representante de Deus na terra. Um papa que recebeu a reprovação de Plínio foi Paulo VI, acusado de permitir a difusão do erro do igualitarismo no Concílio Vaticano II e não se manifestar contra a infiltração comunista na Igreja⁴².

Breves considerações

Após esta breve apresentação sobre as idéias de Plínio Corrêa de Oliveira, podemos concluir que existe um limite para o seu catolicismo, assim como para o seguimento de todas as outras teses ou doutrinas que utilizava. Em seus estudos - sobre teologia, história, sociologia, política e cultura -, não seguia radicalmente um autor, mas sim, utilizava o que lhe era conveniente. Isso significa dizer que o pensamento criado por Plínio foi original, único. Difere até mesmo das vertentes que lhe auxiliaram na elaboração desse sistema de idéias. Este fato pode ser melhor compreendido se utilizarmos os estudos de Chartier como referência para a análise da história da leitura e das formas de apreensão do texto. Esse autor demonstrou, a partir dos estudos de Rojas e Bourdieu, que a apreensão de um texto não é a mesma pelos seus diferentes leitores. Bourdieu sublinhou que um livro muda pelo fato de não mudar enquanto o tempo muda, ou seja, o entendimento que a sociedade tem sobre as questões se transforma progressivamente, daí a compreensão variar juntamente com o texto⁴³. Já Rojas considera a leitura como uma atividade produtora de sentidos singulares, não redutíveis às intenções do autor. Essa particularidade na apreensão discursiva é chamada, por Chartier, de invenção criadora no processo de recepção⁴⁴, essa concepção valoriza o leitor como sujeito ativo no processo de interiorização de mensagens⁴⁵. Segundo Teves, a apreensão do mundo pelo homem é intencional, o mundo conhecido é instituído seletivamente, desta forma, a apreensão do discurso pode ser considerada como proposital, ou seja, é determinada pelos desejos, sonhos e interesses do leitor⁴⁶.

Transpondo essas análises para o estudo de Plínio Corrêa, acreditamos que este autor fez de suas leituras, aparatos para a sua forma-

ção e a criação de seu sistema de idéias. Mas, durante este processo, idéias, teses ou doutrinas que não lhe pareciam advindas da “verdade revelada” foram descartadas. Isso significa que a leitura seletiva e a invenção criadora no processo de recepção, unidos, formaram o que hoje conhecemos como o pensamento de Plínio Corrêa de Oliveira, um sistema de idéias ímpar que antagoniza com suas vertentes ao mesmo tempo em que preza pela defesa das mesmas.

Notas

1. TAVEIRO, Eloi de Magalhães. Plínio Corrêa de Oliveira: um resumo biográfico”. *Revista Catolicismo*. Outubro de 2001. Disponível em: <http://www.catolicismo.com.br/>. Acessado em 02 de outubro/2001.
2. MAYER, Arno J. *A dinâmica da Contra-Revolução na Europa, 1870-1956. Uma estrutura analítica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 57.
3. SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo biografias... historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. *Revista de estudos históricos*. Ed. FGV, vol. 10, nº 19, p. 03-21, 1997.
4. LEMOS, Renato Luis de Couto Neto e Benjamin Constant: biografia e explicação histórica. *Revista de estudos históricos*. Ed. FVG, vol. 10, nº 19, 1997, p. 68.
5. RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. A volta da História Política e o retorno da narrativa histórica. In: SWAIN, Tânia Navarro (Org). *História no Plural*. Brasília: Ed. UnB, 1994, p. 101.
6. HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre os arquivos pessoais e o caso Filinto Muller. *Revista de Estudos Históricos*. Ed. FGV, vol. 10, nº 19, p. 44-45, 1997.
7. *Ibidem*, p. 44.
8. MATTEI, Roberto de. *O cruzado do século XX – Plínio Corrêa de Oliveira*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1997, p. 253.
9. *Ibidem*, p. 37.
10. KORNIS, Mônica; FLAKSMAN, Dora. Ação Católica Brasileira. In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983*. Volume 1. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, FGV/CPDOC, FINEP, 1984, p. 10.
11. Esta chapa agregou o Partido Republicano Paulista (PRP), O Partido Democrático (PD), a Federação dos Voluntários, a LEC e a Associação Comercial. KORNIS, Mônica; FLAKSMAN, Dora. Liga Eleitoral Católica (LEC). In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, FGV/CPDOC, FINEP, 1984, p. 1819.
12. MATTEI, Roberto de. *O cruzado do século XX – Plínio Corrêa de Oliveira*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1997, p. 72-73.
13. MALATIAN, Teresa Maria. *Os cruzados do Império*. Tese de doutorado em História Social, Universidade de São Paulo, 1988.
14. TRINDADE, Hélgio. Sociedade de Estudos Políticos (SEP). In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, FGV/CPDOC, FINEP, 1984, p. 3241.

15. O *Legionário* foi criado em 29 de maio de 1927 pelo Monsenhor Marcondes Pedrosa. Seu público-alvo era o movimento católico, objetivava orientar o mesmo operativa e doutrinariamente (Ibidem, p. 74).
16. OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. Auto-retrato filosófico. **Sociedade brasileira em defesa da tradição família e propriedade**. Disponível em: <http://www.tfp.org.br>. Acessado em 11 de junho/2001.
17. SOCIEDADE BRASILEIRA DE DEFESA DA TRADIÇÃO, FAMÍLIA E PROPRIEDADE. **Meio século de epopéia anticomunista**. 3ª edição. São Paulo: Editora Vera Cruz, 1980, p. 443.
18. Dom Antônio de Castro Mayer rompeu com Plínio e com a TFP em dezembro de 1982, devido a sua progressiva aproximação com as posições do Monsenhor Marcel Lefebvre. Ambos foram excomungados pela Igreja na década de 80.
19. OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. Revolução e Contra-Revolução. **Revista Catolicismo**. São Paulo, N° 100, março de 1959, p. 28.
20. MATTEI, Roberto de. **O cruzado do século XX** – Plínio Corrêa de Oliveira. Porto: Livraria Civilização Editora, 1997, p. 208-209.
21. A Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) foi fundada em 1952, e em pouco tempo conquistou uma posição fundamental na Igreja brasileira, assumindo o papel de porta-voz da hierarquia eclesial. Representou uma tentativa de centralizar o poder da Igreja, que se encontrava fracionado em dezenas de dioceses espalhadas pelo país. KORNIS, Mônica; MONTALVÃO, Sérgio. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983**. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, FGV/CPDOC, FINEP, 1984.
22. O site SOS Fazendeiro foi criado pela entidade para dar voz aos proprietários que tiveram suas fazendas invadidas e desapropriadas pela justiça para fins de assentamentos de sem-terra. **S.O.S. FAZENDEIRO – INFORMATIVO RURAL**. Disponível em: <http://www.sos-fazendeiro.org.br/>.
23. A entidade fundou, em 1989, a campanha *O amanhã de nossos filhos*, para “servir de voz às milhares de pessoas que se sentem desrespeitadas pela degradação moral propagada por inúmeros programas de televisão”. Essa campanha se expandiu para a crítica do cinema e luta por uma programação televisiva que enriquecesse a formação intelectual e moral da juventude do país. **O AMANHÃ DE NOSSOS FILHOS**. Disponível em: <http://www.oanfilhos.org.br/>.
24. **VINDE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, NÃO TARDEIS!** Endereço Eletrônico: <http://www.fatima.org.br/>.
25. COSTA, Eleonora Z. Sobre o acontecimento discursivo. In: SWAIN, Tânia Navarro (Org.). **História no plural**. Brasília: Editora da UnB, 1994, p. 197.
26. PINTO, Céli Regina Jardim. A noção de discurso. In: **Com a palavra o Senhor Presidente José Sarney**. O discurso do plano cruzado. São Paulo: Hucitec, 1989, p. 36.
27. ANSART, Pierre. **Ideologias, conflitos e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 21.
28. LIMA, Lizanias de Souza. **Plínio Corrêa de Oliveira – um cruzado do século XX**. São Paulo, 1984. Dissertação de Mestrado, USP, p. 27-28.
29. OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. A luta pela pureza. **Catolicismo**. Editora Padre Belchior de Pontes LTDA, n° 616, p. 02, abril/2002.
30. BERLIN, Isaiah. Joseph de Maistre e as origens do Fascismo. In: **Limites da utopia**. Capítulos da história das idéias. São Paulo: Cia das Letras, 1991, p. 97.
31. HERSCHANDER, Hermann. Considerações acerca das ‘*Considérations sur la France*’ de Joseph de Maistre. **Montfort - associação cultural**. Disponível em: <http://www.montfort.org.br/veritas/consideracoes.html>. Acessado em 28 de agosto/2001.

32. OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. **Nobreza e elites tradicionais análogas nas alocuções de Pio XII ao patriciado e à nobreza romana**. Porto: Livraria Civilização Editora, 1993, p. 94.
33. LIMA, Lizanias de Souza. **Plínio Corrêa de Oliveira – um cruzado do século XX**. Dissertação de Mestrado, USP - São Paulo, 1984, p. 108.
34. *Ibidem*, p. 194.
35. MATTEI, Roberto de. **O cruzado do século XX – Plínio Corrêa de Oliveira**. Porto: Livraria Civilização Editora, 1997, p. 179-180.
36. OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. **Nobreza e elites tradicionais análogas nas alocuções de Pio XII ao patriciado e à nobreza romana**. Porto: Livraria Civilização Editora, 1993, p. 293.
37. *Ibidem*, p. 31.
38. PIO XI. Carta Encíclica *Quadragesimo Anno* – Sobre a restauração e aperfeiçoamento da Ordem Social. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Secretaria Geral da Presidência. **Documentos pontifícios sobre questões sociais**. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1967, p. 57-58.
39. PAULO VI. Carta Encíclica *Populorum Progressio* – Sobre o desenvolvimento dos povos (*Ibidem*, p. 272).
40. Texto publicado no *Dicionário de Teologia Moral*. In: MATTEI, Roberto de. **O cruzado do século XX – Plínio Corrêa de Oliveira**. Porto: Livraria Civilização Editora, 1997, p. 298.
41. Apud MATTEI, Roberto de. **O cruzado do século XX – Plínio Corrêa de Oliveira**. Porto: Livraria Civilização Editora, 1997, p. 299.
42. SOCIEDADE BRASILEIRA PELA TRADIÇÃO, FAMÍLIA E PROPRIEDADE. **Meio século de epopéia anticomunista**. 3ª edição. São Paulo: Vera Cruz, 1980, p. 247.
43. Apud CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988, p. 131.
44. *Ibidem*, p. 136.
45. Este trabalho não se propõe a estudar a recepção do discurso de Plínio, já que as dificuldades para tal análise são inúmeras. Pretendemos trabalhar apenas com a constituição de seu discurso na dissertação de mestrado em andamento.
46. TEVES, Nilda. O imaginário na configuração da realidade social. In: TEVES, Nilda (Coord.). **Imaginário social e educação**. Rio de Janeiro: Gryphus Faculdade de Educação da UFRJ, 1992, p. 10.